

Proteção social: Especialistas e empresários debatem onde e como cortar na saúde, educação e pensões

Porto, Portugal 07/05/2012 14:42

As “prioridades” a definir entre as várias funções sociais do Estado, num contexto em que é “perfeitamente claro” que terá que haver escolhas na educação, saúde e pensões, serão debatidas terça-feira numa conferência sobre “Proteção Social” em Lisboa.

Em entrevista à agência Lusa, o consultor sénior da consultora Mercer Portugal (que com o ISCTE - IUL e a SRS Advogados organiza a conferência) afirmou que, dada a “falta de capacidade do Estado para prover todas as necessidades de natureza social”, com consequentes cortes em várias áreas das funções do Estado, importa promover “o debate na sociedade portuguesa sobre o que deve permanecer e o que se deve salvar e sobre quanto e como se deve fazê-lo”.

“Porque os recursos não são elásticos, temos que fazer escolhas entre o presente, que é a saúde, as promessas do passado, que são as pensões, e o investimento no futuro, que é a educação. Essas são as três funções sociais mais importantes do Estado e vamos ter que definir prioridades”, sustentou José Mendinhos.

O especialista alerta, contudo, que serão escolhas difíceis. “Numa sociedade em que o conhecimento e a inteligência são o ativo mais importante dos povos. ninguém quer abdicar do futuro (o investimento em educação); ninguém quer também abdicar da saúde, porque é um bem essencial; e ninguém quer abdicar das reformas, porque são promessas feitas e consolidadas”, considerou.

Neste contexto, antecipa, “vão ser escolhas muito complicadas e, provavelmente, não serão absolutas, porque não vai abandonar-se a educação para se escolher a saúde ou escolher as reformas e abandonar o resto”.

“Se calhar vai ter que se escolher, por exemplo, na saúde, os serviços essenciais (como os internamentos hospitalares e os tratamentos das doenças crónicas), porque numa altura de penúria, não haverá razão para o Estado andar a pagar o xarope para a tosse ou as aspirinas”, avançou.

A par da poupança de recursos, José Mendinhos aponta como essencial para a sustentabilidade do sistema de proteção social em Portugal o “crescimento económico”.

“Se estivéssemos a crescer a cinco, oito ou 10 por cento ao ano estes problemas não se punham, ou punham-se com muito menos gravidade. Mas como estamos estagnados, a envelhecer e com todos os fatores a agravarem-se, o problema é muito mais sério em Portugal do que noutros países”, explicou.

“Não há solução para Portugal se não se atrair capacidade de investimento” e não se promoverem “políticas que conduzam ao crescimento”, assegurou ainda, o consultor da Mercer admitindo que o contexto económico é complicado, mas defendendo que “a depressão não é uma fatalidade”.

“Claro que estamos no meio de uma cirurgia e não se pede a uma pessoa que está na sala de operações que seja um atleta olímpico. Mas, daqui a um ano ou dois, já saímos da sala de operações e não podemos é continuar a cometer os mesmos erros que nos levaram a ela: o endividamento excessivo e um mercado de trabalho a duas velocidades, em que há pessoas que têm todos os direitos e outras que não têm direitos nenhuns, o que também impede a natalidade. Não há margem para mais erros”, sustentou.

A decorrer entre as 09:00 e as 18:00, a conferência sobre “Proteção Social” contará, entre outros, com as intervenções do antigo ministro da Saúde Correia de Campos, do secretário-geral da UGT João Proença, do presidente do BIC Mira Amaral e do presidente da CIP António Saraiva.

PD.

Lusa/fim